

AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS COMO SUPOSTO INSTRUMENTO DE MELHORIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ: REFLEXOS NA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

Ewerton Henrique Costa Corrêa¹

RESUMO

O estudo tem como objeto as parcerias público-privadas (PPPs) na educação pública do Estado do Pará, com foco na disciplina de Matemática que são firmadas com o propósito de melhorar a qualidade da educação que é um direito constitucional. O objetivo consiste em analisar o papel das parcerias público-privadas como instrumento de melhoria da educação pública no Estado do Pará em relação à disciplina de Matemática. Por meio da abordagem qualitativa a pesquisa bibliográfica indicou que, embora as PPPs possam contribuir para melhorias na infraestrutura, na gestão administrativa e na oferta de recursos tecnológicos, especialmente em regiões de difícil acesso, também provocam controvérsias relacionadas ao estreitamento curricular, à centralidade das avaliações em larga escala e à incorporação de princípios mercadológicos na escola pública. Conclui-se que a adoção desse modelo exige análise crítica quanto aos seus impactos pedagógicos, sociais e democráticos, particularmente no ensino de Matemática.

Palavras-chave: Parcerias público-privadas; Matemática; Educação básica paraense.

INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira enfrenta desafios históricos relacionados à infraestrutura escolar, à qualidade do ensino, à gestão de recursos e à desigualdade no acesso à educação que promove reformas em todas as áreas educacionais advindas de uma racionalidade neoliberal/mercado de experiências internacionais (Brasil, 1995). No Estado do Pará, aqui analisado com destaque, essas dificuldades são potencializadas por fatores geográficos, socioeconômicos e administrativos, o que exige a adoção de estratégias inovadoras para a melhoria do sistema educacional no segundo maior estado do Brasil em extensão territorial que conta com escolas indígenas, quilombolas, ribeirinhas e de outras peculiaridades (Vale, 2025; Santos, 2022).

¹ Graduando em Licenciatura de Matemática – (UFPA)/e-mail: ewertonh857@gmail.com

Nesse contexto, as parcerias público-privadas (PPPs) surgem como um instrumento de cooperação entre o Estado e a iniciativa privada, com o propósito de ampliar investimentos, melhorar a eficiência da gestão e garantir melhores condições para a oferta de serviços públicos (Brasil, 1995). Assim, torna-se relevante analisar de que forma as PPPs podem contribuir para o aprimoramento da educação pública paraense, em especial, da disciplina de Matemática que é uma das áreas de maior destaque das avaliações em larga escala (Freitas, 2018).

Assim, este texto tem o objetivo de analisar o papel das parcerias público-privadas como instrumento de melhoria da educação pública no Estado do Pará em relação à disciplina de Matemática.

METODOLOGIA

A presente pesquisa será desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, uma vez que ela busca compreender, analisar e interpretar o papel das Parcerias Público-Privadas (PPPs) como instrumento de melhoria da educação pública no Estado do Pará (Chizzotti, 2009). Essa abordagem é útil por considerar que o fenômeno investigado envolve dimensões institucionais, políticas, sociais e administrativas que não podem ser plenamente apreendidas apenas por dados quantitativos, exigindo análise contextualizada e interpretativa porque o ensino da Matemática exige condicionalidades como formação docente, materiais pedagógicos e estruturais.

O tipo de pesquisa predominante é o da bibliográfica sendo baseada em livros, artigos científicos, teses, dissertações e publicações especializadas sobre PPPs, políticas públicas educacionais que focalizam os debates sobre a Matemática no Pará (Gil, 2002).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E/OU DISCUSSÕES

A Matemática é uma disciplina alvo das reformas educacionais no Brasil desde os anos 1990 porque a proficiência nessa disciplina induz parâmetros de qualidade educacional com as avaliações em larga escala que de alguma forma podem dar indícios ao poder público sobre as melhorias.

No caso do estado do Pará há a formulação do Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE) que mensura a qualidade das avaliações em Português e Matemática e partir dos indicadores se fomentam políticas públicas educacionais. Nesse viés, há aspectos positivos e negativos porque de um lado pesquisadores destacam que a nota das avaliações não pode ser o único parâmetro para mensurar qualidade educacional, sobretudo, porque essa racionalidade de estreitamento curricular focada em uma disciplina advém de uma lógica do

mercado e por outro lado o Estado destaca que necessita de ferramentas para refinar seu planejamento, o que inclui parcerias com o setor privado (Vale, Pereira e Lima, 2019).

A relevância deste estudo reside no fato de que as PPPs têm sido amplamente utilizadas em setores como transporte, saúde e saneamento, mas ainda despertam controvérsias quando aplicadas à educação pública. Parte da resistência decorre do receio de que tais parcerias possam resultar em processos de mercantilização do ensino ou privatização indireta de serviços educacionais. Contudo, experiências nacionais e internacionais demonstram que, quando bem regulamentadas, transparentes e submetidas ao controle social, as PPPs podem contribuir para a melhoria da infraestrutura escolar, da gestão administrativa e da oferta de recursos tecnológicos, preservando a função social do Estado.

No Estado do Pará, onde muitas escolas enfrentam limitações estruturais significativas como prédios inadequados, falta de manutenção, acesso limitado a tecnologias educacionais e dificuldades de gestão logística, a análise das PPPs torna-se particularmente pertinente, segundo o discurso oficial.

A adoção desse modelo pode representar uma alternativa estratégica para acelerar investimentos, otimizar recursos públicos e promover maior eficiência administrativa, especialmente em regiões de difícil acesso. Dessa forma, investigar o potencial das PPPs no contexto paraense permite compreender se esse instrumento pode contribuir para reduzir desigualdades educacionais e melhorar os indicadores de qualidade do ensino no caso da disciplina de Matemática a partir de experiências como o “Matematicando” em que se utiliza uma tabuada colorida como forma de ensino na educação básica do Pará e também outros exemplos como ação da Fundação Roberto Marinho (FRM) e Instituto Ayrton Senna (IAS) com foco na defasagem idade/ano.

Ao investigar as Parcerias Público-Privadas como instrumento de melhoria educacional, a pesquisa reafirma a importância de buscar soluções inovadoras que respeitem os princípios da equidade, da transparência e da responsabilidade social, contribuindo para a construção de uma educação pública de qualidade, socialmente referenciada e comprometida com o desenvolvimento do Pará. No entanto, ela vem representando o enfraquecimento das relações democráticas por meio da educação que é um direito constitucional na medida em que o Estado repassa verba pública para o setor privado, além de causar consequências negativas diretas para a escola básica com a incorporação de princípios do mercado como competição por notas elevadas, desresponsabilização do Estado com a educação, estreitamento curricular ao dar ênfase a disciplina de Matemática sobre as demais que também são importantes para a emancipação dos alunos e a disseminação da falaciosa meritocracia que “poderia ser importante

se todos tivessem o mesmo ponto de partida, o que não acontece nas sociedades capitalistas” (Vale, 2022, p.29).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que as parcerias público-privadas vêm sendo apresentadas como alternativa para enfrentar os desafios estruturais e administrativos da educação pública no Estado do Pará, especialmente na disciplina de Matemática. Em um contexto marcado por desigualdades e limitações logísticas, as PPPs podem contribuir para melhorias na infraestrutura, na gestão e na oferta de recursos tecnológicos, com possíveis impactos nos indicadores educacionais.

Entretanto, a análise também revelou tensões significativas. A incorporação de princípios mercadológicos e a transferência de responsabilidades ao setor privado levantam questionamentos sobre a função social do Estado e os efeitos democráticos dessa política.

Conclui-se que as PPPs não representam solução automática para os problemas educacionais, exigindo análise crítica, regulamentação e controle social para que não comprometam a equidade e o caráter público da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **(Constituição [1988])**. Constituição Federal Brasileira. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 4. ed. Cortez. São Paulo, 2009.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular. 2018

GIL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. Atlas, 2002.

SANTOS, T. F. A. M. **Educação e desenvolvimento (in) sustentável da Amazônia brasileira**. Curitiba: Appris, 2022.

VALE, C. **A educação como negócio social na Amazônia brasileira**. 199f. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Pará. Belém, 2022.

VALE, C. Negócios sociais por meio do setor privado na Amazônia brasileira. In: PIRES, D.O; VALE, C. (org.). **Privatização e mercantilização da educação brasileira: tensões e disputas**. 1ed.curitiba: CRV, 2025, v. 1, p. 219-240. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14mNT9wydmvAmxtCCJOPw3SNLW1kFwv0K/view>. Acesso em: 15 fev. 2026.

VALE, C.; PEREIRA, M. S. V.; LIMA, F. W. C. **Do Pisa ao SisPAE: o estímulo ao estreitamento curricular**. Revista de Políticas Públicas: RPPUFMA, São Luís, v.23, p. 534-548, 2019.